

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**  
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**  
3 **NO DIA DEZENOVE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE DOIS, POR VIDEOCONFERÊNCIA, NA**  
4 **FERRAMENTA MICROSOFT TEAMS. Com a presença dos seguintes membros:** São Paulo - Luiz  
5 Roberto Barretti (ABRHidro), Renato Veneziani (Sindicato Rural de São José dos Campos), Marcelo Manara  
6 (Prefeitura Municipal de São José dos Campos), José Roberto Schmidt (CETESB), Teresa Cristina Brazil de  
7 Paiva (USP-Lorena), Ricardo Jacob (SABESP) ; Rio de Janeiro - João Gomes (APROMEPS); Markus  
8 Budzynkz (APEDEMA), Gisele Boa Sorte (SEAS), Antônio Simões (CSN), Vera Lúcia Teixeira (SAAE Barra  
9 Mansa) ; Minas Gerais – Eduardo Araújo Rodrigues (SEMAD), Heitor Moreira (SEMAD), Matheus Cremonese  
10 (PREA), Lidiane Carvalho de Campos (FIEMG), Marina Afonso (Prefeitura Municipal de Bicas), **dos seguintes**  
11 **convidados:** Ana Paula Montenegro (ANA), Allan Mota (IGAM), Rodrigo Matsukura (Prefeitura Municipal de  
12 São José dos Campos), Armando Barreto (CBH BPSI), Daniel Izoton Santiago (ANA), Marina Assis  
13 (AGEVAP); Ingrid Delgado (AGEVAP), Daiane Santos (AGEVAP); Raissa Guedes (AGEVAP); Raissa  
14 Galdino (Bumerangue), **para tratar da seguinte pauta: 1 - Eleição e posse do relator e seu substituto; 2 -**  
15 **Aprovação da ata da reunião anterior; 3 - Discussões sobre a etapa técnica propositiva do**  
16 **enquadramento na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; e 4 - Assuntos Gerais. ITEM 1 Eleição e**  
17 **posse do relator e seu substituto:** O Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) iniciou a reunião cumprimentando a  
18 todos e fez uma breve leitura da ordem do dia. O Sr. João Gomes (APROMEPS) questionou se a Ecoanzol já  
19 consta como membro da CTC na suplência da UENF. A Sra. Daiane Santos (AGEVAP) mencionou que a  
20 questão já foi resolvida e a Ecoanzol está na vaga de suplente da UENF. O Luiz Roberto Barretti (ABRHidro)  
21 perguntou se algum dos membros gostaria de manifestar interesse para a ocupar a vaga de relator e de relator  
22 substituto da Câmara Técnica. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (SAAE Barra Mansa) e a Sra. Teresa Paiva (USP-  
23 Lorena) manifestaram interesse nas vagas de relatoria e relatoria substituta, respectivamente. Com o aval dos  
24 membros da CTC, foram empossadas a Sra. Vera Lúcia Teixeira (SAAE Barra Mansa) como relatora e a Sra.  
25 Teresa Paiva (USP-Lorena) como relatora substituta da CTC. **ITEM 2 Aprovação da ata da reunião anterior:**  
26 A minuta da 1ª reunião ordinária realizada dia 22/02/2022 foi espelhada e o Sr. Luiz Roberto Barretti  
27 (ABRHidro) questionou aos membros se haveria alguma correção a ser feita. As Sras. Vera Lúcia Teixeira  
28 (SAAE Barra Mansa), Teresa Paiva (USP-Lorena) e Lidiane Campos (FIEMG) solicitaram registrar abstenção  
29 de seus votos, tendo em vista que não estavam presentes na última reunião. Sem manifestações contrárias, a ata  
30 foi aprovada. **ITEM 3 Discussões sobre a etapa técnica propositiva do enquadramento na Bacia**  
31 **Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul:** A Sra. Ana Paula Montenegro (ANA) iniciou sua apresentação falando  
32 sobre os cinco instrumentos da Política Nacional de Recurso Hídricos, o conceito de enquadramento e sobre  
33 como é feito o enquadramento. Mencionou sobre as etapas do enquadramento: Diagnóstico, Prognóstico e  
34 Seleção da alternativa e programa de efetivação do enquadramento. Mostrou uma tabela sobre os usos das águas  
35 doces com suas respectivas classes de enquadramento e passou logo em seguida para as etapas de  
36 implementação do enquadramento. Demonstrou o gráfico de metas intermediárias progressivas do  
37 enquadramento e por último explicou o porquê de promover o enquadramento falando sobre a importância da  
38 promoção do enquadramento dentro de uma bacia. Disponibilizou link com Videoaulas do Enquadramento:  
39 [https://www.youtube.com/playlist?list=PLdDOTUuInCuy0jONWGMiefqUISXVfl\\_cL](https://www.youtube.com/playlist?list=PLdDOTUuInCuy0jONWGMiefqUISXVfl_cL); Vídeo institucional da  
40 ANA sobre enquadramento: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=293&v=f2Yj9NYID9w](https://www.youtube.com/watch?time_continue=293&v=f2Yj9NYID9w) e  
41 conteúdo sobre a Conjuntura dos Recursos Hídricos: [http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-](http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos)  
42 [conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos](http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos). Após a finalização da apresentação da Sra. Ana Paula Montenegro  
43 (ANA), o Sr. João Siqueira (APROMEPS) disse que estava sendo pensado um enquadramento por trechos do  
44 rio, e depois da apresentação, em uma visão macro, achou as metas intermediárias deveriam ser dispostas como  
45 prioritárias. Questionou como essas metas podem ser pactuadas com o setor agropecuário e, em relação a  
46 navegabilidade, se está no enquadramento estudar as vazões mínimas dos rios. A Sra. Ana Paula Montenegro  
47 (ANA) salientou que a navegação estaria mais relacionada ao plano de ações do PIRH, o enquadramento está  
48 ligado a questão qualitativa, mas pode ser discutido como endereçar essa questão. Disse que classes especiais  
49 são muito difíceis de ser colocadas em uma bacia antropizada, principalmente porque não permite nenhum tipo  
50 de lançamento, mesmo efluente tratado. Então é preciso ser realista em relação a bacia do Paraíba do Sul. As  
51 metas intermediárias são fundamentais para todos os setores, mas na prática as empresas de saneamento fazem  
52 uma ETE já pensando na sua meta final. O Sr. João Siqueira (APROMEPS) comentou que é muito comum  
53 estabelecerem metas e esbarrarem no recurso, entrando na governança, então perguntou de quem seria a  
54 responsabilidade desse tema. A Sra. Ana Paul Montenegro (ANA) explicou que os órgãos gestores não atuam  
55 fornecendo recursos, mas nos programas de efetivação de enquadramento é importante pactuar o que é realista,  
56 vendo o planejamento de cada setor usuário. Disse que ainda existem as cargas difusas, que são feitas  
57 revegetação de bacia e colocando boas práticas na agricultura, questões que são mais difíceis mensurar a  
58 resposta que irá gerar, mas que são importantes e podem até custar menos. O Sr. Luiz Roberto Barretti  
59 (ABRHidro) pontuou que a função dos comitês de bacias também está ligada à dominialidade, então se for um  
60 corpo d'água de dominialidade estadual, será encaminhado para o conselho estadual. Mas o enquadramento é  
61 um desafio muito grande, citou o exemplo da bacia do PCJ que está há 15 anos buscando enquadramento. A Sra.  
62 Teresa Paiva (USP) falou que o rio Paraíba do Sul tem vários trechos que não são classe dois, e o  
63 enquadramento irá incentivar indústrias, prefeituras e agriculturas através de selos que irão fazer com que

64 melhorem a qualidade do que jogam no rio. O Sr. Heitor Soares (SEMAD) frisou a importância de se entender  
65 que o enquadramento é um compromisso da sociedade como um todo. Se todos os setores não chegarem a um  
66 consenso, muito provavelmente terão dificuldade em implementar o que for estabelecido. Passando para a  
67 apresentação sobre o Enquadramento dos corpos d' água em classes no âmbito do CEIVAP, a Sra. Marina Assis  
68 (AGEVAP) fez um breve histórico das discussões realizadas no Comitê e o que está previsto no PIRH-PS. Falou  
69 sobre as indicações metodológicas e dos procedimentos pactuados.. Mencionou sobre onde está inserido o  
70 Enquadramento dentro do Programa de Ações do PIRH-PS. Falou também sobre o detalhamento do MOP com  
71 um recorte das principais ações do programa de enquadramento para os próximos cinco anos. Finalizou  
72 lembrando que cada comitê deverá avaliar o produto final, verificando se o tema é prioritário e se gostaria  
73 de entrar na contratação futura, para que posteriormente a proposta seja encaminhada aos respectivos conselhos,  
74 dos comitês que aderirem à contratação. Passou a palavra para a Sra. Indrid Delgado (AGEVAP) que iniciou a  
75 apresentação sobre a minuta do Termo de Referência na Etapa Técnico- Propositiva. Falou sobre o objeto e  
76 justificativa da contratação que está atrelada ao MOP e está definida como ação prioritária no PNRH.  
77 Mencionou sobre a área de abrangência em que está incluída toda a bacia do rio Paraíba do Sul. Continuou  
78 sobre as indicações metodológicas em que houve a indicação da divisão da contratação em duas etapas:  
79 Técnico-Propositiva e Político-Institucional. Mostrou a figura sobre as etapas que seriam construídas na  
80 primeira parte do enquadramento: Diagnóstico, Prognóstico e Elaboração das alternativas de Enquadramento.  
81 Falou sobre os produtos que serão elaborados: Produto 1 – Plano de Trabalho Consolidado; Produto 2 –  
82 Diagnóstico; Produto 3 – Definição das vazões de referência e proposição dos parâmetros prioritários  
83 tecnicamente adequados à bacia, bem como análise detalhada dos trechos; Produto 4 – Prognóstico - Cenários e  
84 Modelagem da Qualidade da Água; Produto 5 – Equivalência às Classes estabelecidas na CONAMA 357/2005 e  
85 Curva de Permanência; Produto 6 – Alternativas de Enquadramentos e Estimativas de Custos para sua  
86 Implementação; e Produto 7 – Banco de Dados. Mencionou que as etapas de construção serão um processo  
87 amplamente participativo e mostrou a equipe técnica apresentada no Termo de Referência. Posteriormente falou  
88 sobre o custo total da contratação. Sugeriu como encaminhamento o recebimento de contribuições sobre a  
89 minuta do Termo de Referência da Etapa Técnico-Propositiva do Enquadramento na Bacia Hidrográfica do Rio  
90 Paraíba do Sul até 02/06/2022. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) reforçou a importância do envio de  
91 contribuições e lembrou que após as contribuições da CTC, o Termo de Referência também será enviado à  
92 Plenária com a versão ajustada após as contribuições da CTC. Após a finalização da apresentação da AGEVAP,  
93 o Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro), sobre o último item de contribuições, expressou que quando se coloca  
94 que as contribuições serão encaminhadas diretamente a AGEVAP, não se pode dizer que foi uma discussão de  
95 Câmara Técnica, e sim de membros do comitê. Falou também, que voltando nos três princípios expostos na  
96 apresentação da Sra. Ana Paula, o termo de referência é a base de tudo o que será discutido no futuro. É muito  
97 importante a participação dos órgãos gestores estaduais e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico,  
98 para contribuir com um caminho suave desde a origem do termo. O Sr. João Siqueira (APROMEPS) perguntou  
99 se há planejamento para a escolha dos trechos de rio. O Sr. Rodrigo (Pref. São José dos Campos) disse não ter  
100 entendido o que seria a curva de permanência. O Sr. Markus Budzynkz (APEDEMA) indagou se o prazo para  
101 contribuições será até 02/06/2022 ou se o assunto voltará para a CTC. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) destacou  
102 que depois da fala do coordenador, é fundamental que a discussão retome a Câmara Técnica e sugeriu que as  
103 contribuições sejam encaminhadas para serem compiladas e apresentadas na próxima reunião. Em relação aos  
104 órgãos gestores, o documento também pode ser encaminhado pedindo contribuições. Sobre a questão da curva  
105 de permanência, quando se fala de qualidade da água, é retratado o momento atual, a ideia da curva é ampliar  
106 isso. Calcular a permanência do parâmetro em determinada classe através de modelagem, fazendo uma reflexão  
107 melhor. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) solicitou que seja feito um contato com a bacia PCJ, afim de  
108 pedir uma apresentação sobre a experiência de enquadramento deles. A Sra. Ingrid Delgado (AGEVAP)  
109 explicou que esse é o início do processo da minuta do termo de referência, e no plano foram aprovadas duas  
110 ações para o instrumento de enquadramento. No primeiro momento, são estudos mais técnicos e no segundo,  
111 mais políticas institucionais, onde entrariam as definições de enquadramento. Esse primeiro termo de referência  
112 é sobre a contratação de uma empresa para elaborar estudos de qualidade da água, de cenário e de todos os  
113 trechos. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) completou dizendo que não podem apresentar os trechos em uma  
114 minuta de termo de referência sem a devida participação, então as discussões aconteceram ao longo da  
115 contratação. A Sra. Lidiane Campos (FIEMG) em relação ao quadro comparativo de metas levantado no item 6,  
116 perguntou se serão metas gerais ou se já entrarão as intermediárias e progressivas. E qual será o prazo de  
117 execução do trabalho. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) relatou que o prazo definitivo ainda não foi definido pois  
118 os produtos precisam ser fechados para medirem sua complexidade, mas devem variar entre 18 a 24 meses. Em  
119 relação as metas, terão sim as intermediárias. **ENCAMINHAMENTOS:** Foi definido pela CTC o prazo de  
120 envio às contribuições sobre a minuta do Termo de Referência da Etapa Técnico-Propositiva do Enquadramento  
121 na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul até 02/06/2022. Foi solicitado que seja feito um contato com a  
122 Agência do PCJ para realização de apresentação sobre a experiência de enquadramento naquele Comitê. **ITEM**  
123 **4 Assuntos Gerais:** A Sra. Vera Lúcia Teixeira (SAAE Barra Mansa) convidou os membros a participarem do  
124 ECOB-RJ, que acontecerá entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro. O tema central será comunicação,  
125 mobilização, revitalização e regulação. Falou também do XXIV ENCOB que acontecerá em Foz do Iguaçu,  
126 entre os dias 22 e 26 de agosto. Não tendo mais nenhum pronunciamento, o Sr. Luiz Roberto Barretti,

127 coordenador da CTC, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. A presente ata foi lavrada por  
128 mim, Naomy Euphemio, Secretária ad hoc, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr.  
129 Luiz Roberto Barretti, que presidiu a reunião.

130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141

Resende, 19 de maio de 2022.

Luiz Roberto Barretti  
**Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**